

Currículo em tempos de crise: os jornais portugueses e a construção social do currículo¹

Ana Mouraz²

Ana Cristina Torres³

Carla Nunes⁴

Resumo: O Currículo é uma construção social e histórica que resulta da forma como diferentes atores enquadram as finalidades da Educação, as comunicam, legitimam e transpõem para as práticas escolares (Goodson, 1997; Roldão, 1999; Young, 2014). As negociações implicadas na construção social do currículo espelham alguns dos problemas da Escola, e são influenciadas por representações públicas da Educação e do Currículo. Na construção destas representações, os *media* desempenham um papel importante. Reporta-se um estudo da importância atribuída à Educação e ao Currículo, e os propósitos dessa atenção, em artigos de dois jornais nacionais diários durante Abril, Maio, Junho de 2009 e de 2013. O estudo revelou uma atenção particular aos exames e às políticas educativas que refletem a instabilidade que se tem vivido nas escolas. Constatou-se, ainda, que o Currículo tem pouca visibilidade nos jornais portugueses e quando dele se fala, é para focar os conteúdos disciplinares, mormente a Matemática.

Palavras-chave: construção social do currículo; jornais

Introdução

O currículo é uma construção social e histórica que resulta da forma como diferentes atores enquadram as finalidades da Educação, as comunicam, legitimam e transpõem para as práticas escolares (Goodson, 1997; Roldão, 1999; Young, 2014). O currículo organiza as aprendizagens consideradas necessárias num determinado contexto e período de tempo, bem como a sequência a seguir para as desenvolver (Roldão, 1999). Tal fun-

¹ Este trabalho foi cofinanciado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do programa Ciência 2007.

² Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

³ Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

⁴ Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

ção remete para a significação mais corrente de currículo como documentos que prescrevem orientações estatais. Balizado por propósitos políticos e económicos, acaba por constituir-se como instrumento não só dos conhecimentos a aprender - pois, como reconhece Young (2014), “é um currículo escolar que aborda a questão “que conhecimento?”” (p. 8) -, mas também de padronização dos recursos afetos à Escola (financeiros, humanos, avaliativos, planos de estudos, manuais,...).

Em Portugal, as disciplinas escolares têm definido o conhecimento curricular e constituído o ponto de referência de toda a organização e padronização escolares. A disciplina escolar também resulta de uma construção social e histórica na qual os diversos intervenientes participam com a sua carga ideológica e material, negociando propósitos individuais e coletivos (Goodson, 1997). Além disso, historicamente, as disciplinas validadas por certificação escolar têm tido um tratamento de privilégio (*idem*, 1997), algo que em Portugal se faz notar, por exemplo, com a introdução mais recente dos exames nacionais a Matemática e Língua Portuguesa no 4º e 6º anos do Ensino Básico. Efetivamente, os exames materializam institucionalmente uma diferenciação curricular e os princípios que lhe subjazem interagem fortemente com o desenvolvimento curricular (Leite, Fernandes e Mouraz, 2014). Porém, nem sempre se coadunam com discursos académicos e políticos de contextualização curricular que vão no sentido de valorizar a significância curricular, perspetivada pelos estudantes que a aprendem e relevante para a sua inserção cidadã (Fernandes, Leite, Mouraz e Figueiredo, 2013). Não admira, portanto, que currículo e disciplina escolar estejam na base de conflitos e negociações permanentes entre o Estado prescritor e grupos que legitimam ou não essa prescrição (pais, empregadores, investigadores, políticos, associações profissionais, entre outros). A propósito, Goodson (1997) referiu que “na análise ao conflito curricular podemos distinguir, de uma forma internalizada, muitos dos conflitos sociais e políticos travados em torno da escola” (p. 79), tendo acrescentado que “o conflito e os acordos em torno do currículo e das disciplinas escolares representam simultaneamente uma fragmentação e uma internalização das lutas em torno da educação” (p. 88).

A instrumentação e a conflitualidade em torno do currículo têm vindo a ser particularmente notórias num desinvestimento público na Educação claramente relacionado com os impactos da crise e da política de austeridade (OECD, 2014). Por exemplo, no rescaldo da crise económica de 2008, as escolas sentiam alguma perturbação face ao novo regime de Avaliação do Desempenho Docente, bem como aos cortes nos vencimentos dos funcionários públicos. Com a intervenção externa de 2011, o desinvestimento em Educação ficou patente em medidas políticas como a extinção das áreas curriculares não disciplinares, a cessação dos pares pedagógicos das disciplinas de expressões, o aumento do número de alunos por turma e a consequente diminuição de opções curriculares acessíveis aos estudantes do

ensino secundário, cujos efeitos se têm feito sentir nas escolas até hoje. A esta instabilidade somaram-se, em 2012/2013, os efeitos de novas medidas no âmbito da avaliação do desempenho docente, da reorganização dos agrupamentos escolares e da implementação do projeto das Metas Curriculares (revogando um currículo em vigor desde 2001).

As conflitualidades e as negociações em torno do currículo são influenciadas e mesmo validadas por representações públicas da educação e, claro, do próprio currículo. Os *media* são um dos elementos que jogam na construção dessas representações que podem influenciar o desenvolvimento e contextualização curricular ao nível local e escolar (Kärkkäinen, 2012). Assim, os *media* podem ser cruciais nestes processos de negociação por contribuírem para a construção da opinião pública sobre educação, currículo e participação cidadã. Neles se definem as questões que são foco da opinião pública, se confrontam pontos de vista e se veiculam cargas ideológicas (Cohen, 2010; Kärkkäinen, 2012; Mendes, 2004). Sobre o pretexto de objetividade que guia a sua ação, os *media* reportam políticas nacionais sobre a escola e o currículo e, pontos de vista de diferentes atores educativos e sociais. Porém, como Mendes (2004) enfatizou, os *media* também carregam uma carga ideológica nos discursos que utilizam, a qual assenta em valores que determinam os alegados factos e argumentos reportados. Além disso, mesmo quando um determinado agente noticioso procura seguir uma política de pluralismo e neutralidade, é possível encontrar uma carga ideológica quer em opções de edição (e.g., tamanho de um artigo, secção e/ou página da publicação), quer na estrutura dos discursos que apresentam (Cohen, 2010).

Assumindo que os *media* participam na promoção do interesse público da Educação, tanto quanto esta inclui serviços públicos pagos pelos impostos de todos, defende-se que os *media* deveriam informar casos diários relacionados com questões educacionais e curriculares com maior frequência e rigor. Porventura, tal enfoque deveria coincidir com as principais preocupações patentes quer em discursos políticos, quer em discursos académicos, quer nos discursos dos principais atores envolvidos na Educação. Em Portugal, tais discursos têm coincidido na incidência em questões muito variadas - formação de professores, gestão curricular, políticas educativas, educação intercultural, avaliação das aprendizagens e ensino superior - e derivado principalmente de influências políticas internacionais que têm vindo a promover uma standardização das dinâmicas escolares e da ação dos professores (Leite e Fernandes, 2012).

Porém, nem sempre estas questões recebem atenção paralela nos *media*. Não poucas vezes, as notícias sobre Educação são tratadas como estratégias de *marketing* para se venderem jornais ou tempo televisivo, ditando o hábito de apenas noticiar eventos extraordinários, em vez de fazer dos tópicos de relevância, eventos comuns. Abrantes (2009) ilustrou esta situação com a cobertura mediática do insucesso escolar em Portugal, quase

inexistente nos agentes noticiosos que analisou, mesmo quando as taxas de insucesso escolar eram das mais altas da Europa.

Todavia, o inverso também acontece, constatando-se, por exemplo o apetite dos *media* para as situações de indisciplina e violência nas escolas, escamoteando-se os planos e as atividades desenvolvidas por aquelas para diminuir a violência escolar. Nesta linha, Ponte (2007) detetou um elevado aumento, de 2000 para 2005, do número de peças publicadas nos jornais Público e Diário de Notícias que, focando a 'infância', tratavam de temas de 'risco social'. Mas detetou também, no mesmo período, a triplicação do número de peças publicadas sobre Educação, designadamente em espaços de opinião. A este propósito, é de salientar que uma grande parte das peças focavam subtemáticas de políticas governamentais ou de exames/avaliação, sendo que a subtemática de políticas locais/de escola, aparecia de forma residual. Em 2005, as notícias sobre Educação eram dominadas pelo anúncio de decisões governamentais e pela reação e forte contestação de algumas por parte de sindicatos, sobretudo quando estavam em causa questões laborais.

Outro dado a salientar, é o aumento, em 2005, da expressividade da Educação em artigos de opinião e em cartas de leitores. Apesar de não haver menção explícita ao currículo no referido estudo, indícios do aumento da visibilidade das questões curriculares nos *media* foram identificados por Freitas (2008). A frequência e visibilidade crescentes de estudos comparativos internacionais e de *rankings* escolares pode explicar o interesse crescente dos *media* por aspetos curriculares do sistema educativo português (ver Afonso & Costa, 2009).

Neste contexto, o presente estudo propõe-se analisar peças noticiosas sobre educação escolar e currículo veiculadas pelos *media*, no sentido de averiguar se expressam prioridades políticas ou se se fazem palco da dimensão conflitual por que a construção curricular se caracteriza. Reconhecendo os jornais como sendo ainda um dos principais *media*, este estudo descreve e analisa a importância atribuída à Educação e ao Currículo, e os propósitos dessa atenção, em artigos de dois jornais nacionais diários durante os meses de abril, maio e junho de 2009 e de 2013.

Objetivo e questões em estudo

Este texto pretende contribuir para o estudo da dimensão conflitual da construção curricular, perspetivada do ponto de vista da sua imagem pública, veiculada pelos *media*. O trabalho teve o objetivo de identificar e analisar as características estruturais e de conteúdo das peças noticiosas

inventariadas em dois jornais nacionais diários nos períodos em causa. Após um trabalho exploratório inicial, avançou-se para uma análise que permitisse dar resposta às seguintes questões: 1) De que se fala quando se fala de Educação? 2) Qual é a importância atribuída pelos jornais às questões sobre o Currículo? 3) Quem se manifesta sobre o Currículo?

Metodologia

Foram analisadas edições diárias de dois jornais distintos. Ambos os jornais analisados eram destinados a um público-alvo de classe média, tinham formato generalista, distribuição nacional e disponibilidade em papel e *online*. O carácter generalista serviu o propósito de aquilatar a importância relativa das peças publicadas sobre Educação. Já a distribuição nacional serviu para assegurar uma cobertura noticiosa de âmbito geográfico mais alargado. Ao escolher jornais com publicação em papel e *online* pretendeu-se garantir uma análise de periódicos com grande amplitude e transversalidade dos públicos-alvo e, por isso, mais próximos do espaço público. Todavia, o número de páginas dos jornais e o tamanho das suas peças distingue as duas publicações. Enquanto o jornal A tem um formato curto, limitado a notícias e artigos de opinião, e uma média de 14 páginas por edição, o jornal B tem um formato longo com diversos tipos de textos – artigos curtos, artigos longos, editoriais, crónicas, reportagens, artigos de opinião, cartas ao diretor – e uma média de 50 páginas por edição. Infere-se destas diferenças os dois tipos de audiências. Se o jornal A tem como alvo um leitor que pretende estar minimamente informado do que vai acontecendo, o jornal B veicula informação capaz de fundamentar o poder argumentativo dos seus leitores.

Embora tenham sido analisadas, quase sempre, as edições impressas, a sua disponibilidade *online* foi uma característica tida em conta para facilitar um rápido acesso às edições para sua análise. O jornal A tem acesso aberto *online* à edição impressa e o jornal B disponibilizou uma licença temporária de acesso *online* à edição impressa. Não foram analisados textos de suplementos semanais, uma vez que estes suplementos carecem do carácter generalista das edições diárias, porquanto se destinam a públicos mais restritos ou servem propósitos mais específicos (por exemplo, informação cultural, leitura de fim de semana, etc...).

O estudo iniciou-se em 2009 quando Portugal se encontrava no rescaldo de uma crise económica. O seu prosseguimento, em 2013, deveu-se à intenção de analisar os efeitos da redefinição das políticas públicas portuguesas da Educação devido à intervenção externa, em curso desde 2011.

Consequentemente, este texto dá maior atenção a semelhanças e a diferenças observadas em função dos períodos temporais, do que a uma comparação entre jornais. Refira-se, ainda, que os dados foram recolhidos em meses habitualmente importantes para a tomada de decisões curriculares, por corresponderem ao final de um ano letivo e preparação para o ano letivo seguinte, determinando maior visibilidade nos *media*.

Todos os textos das edições diárias destes dois períodos foram sujeitos a uma triagem e inventariação, sendo selecionados aqueles em que aparecessem os termos “educação”, “escola” ou “universidade”, no seu título ou *lead*. Selecionados estes textos, os mesmos foram sujeitos a uma análise de conteúdo (Bardin, 2000), combinando abordagens quantitativas e qualitativas, e de acordo com as categorias apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Categorias de análise.

| CATEGORIAS ESTRUTURAIS | CATEGORIAS DE CONTEÚDO |
|------------------------|------------------------|
| Título | Âmbito |
| Ano | Tipo de assunto |
| Mês | Assunto |
| Jornal | Sujeitos mencionados |
| Tipo de texto | Nível de ensino |
| Destaque | Tipo de ensino |
| Número de parágrafos | Ideias chave |
| Destaque com foto | Breve história |
| Autor | |

De que se fala nas notícias, quando se fala de Educação?

Começa-se por apresentar alguns dos resultados da análise destinada a compreender o “lugar” da Educação na globalidade das peças analisadas. O jornal A, de formato mais curto, publicou 195 peças sobre Educação nos meses de abril, maio e junho de 2009, e diminuiu esse número para 82 em igual período de 2013. Já o jornal B, de formato mais longo, aumentou o

número de peças publicadas sobre Educação no período em análise, de 264 em 2009 para 281 em 2013. O foco da análise foi colocado nas seguintes categorias de conteúdo: assunto; tipo de assunto; âmbito; sujeitos mencionados e ideias chave. Enquanto os assuntos retratam os tópicos centrais das peças noticiosas, os tipos de assuntos descrevem as razões pelas quais se fala desses tópicos, e os âmbitos remetem para a amplitude geográfica do tópico apresentado. Também se analisaram os tipos de textos publicados e os seus autores. Alguns resultados relativamente a estas categorias são apresentados nas figuras 1 a 4. Como referido anteriormente, a discussão dos dados desenvolvida neste artigo tem como foco as diferenças observadas entre as matérias publicadas em 2009 e em 2013.

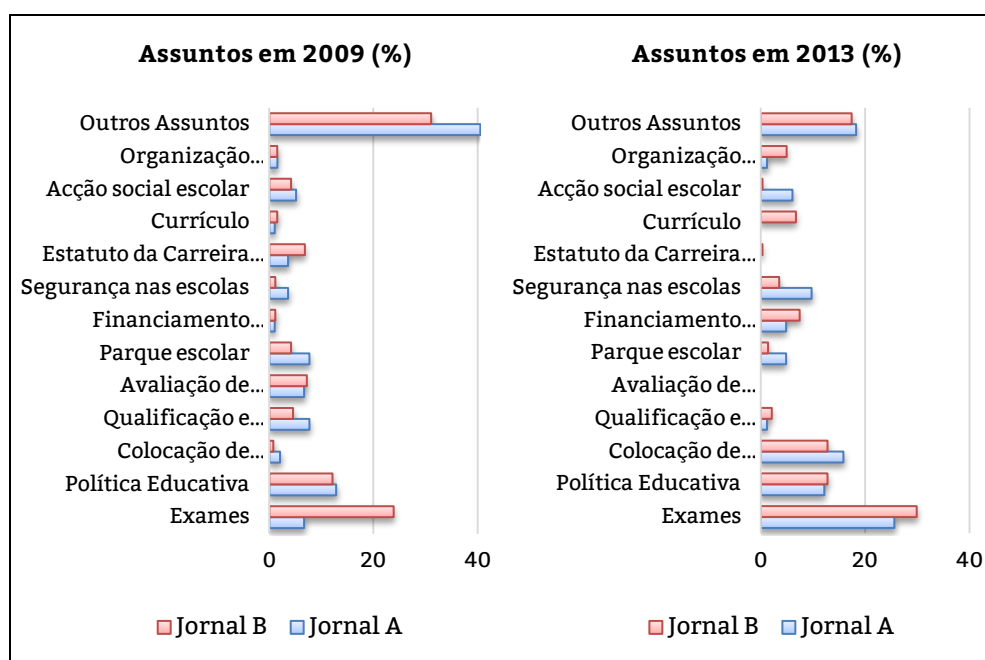


Figura 1: Principais assuntos nas peças identificadas de 2009 e 2013
(% de todas as peças inventariadas e analisadas nos períodos)

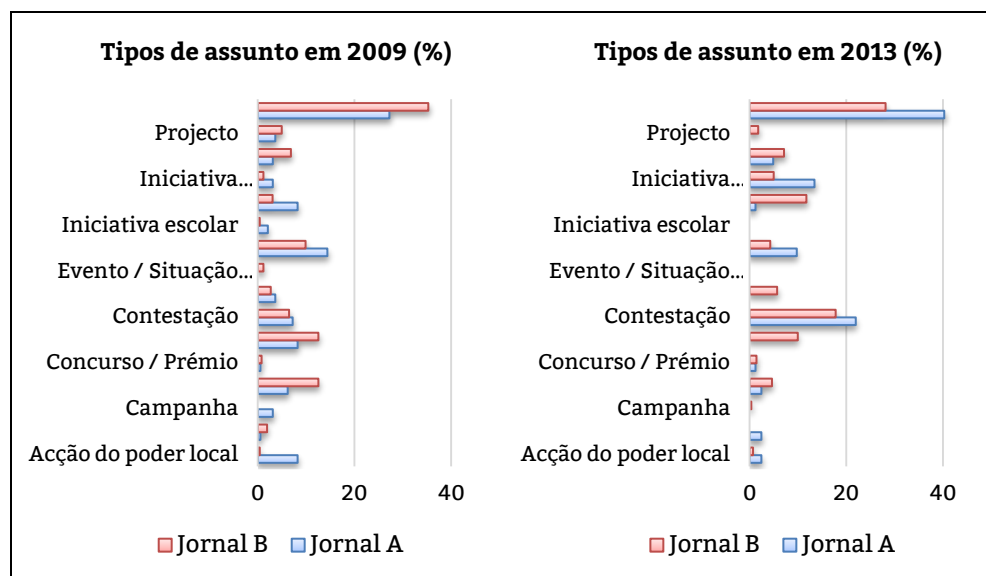


Figura 2: Principais tipos de assuntos nas peças de 2009 e 2013
(% de todas as peças inventariadas e analisadas nos períodos)

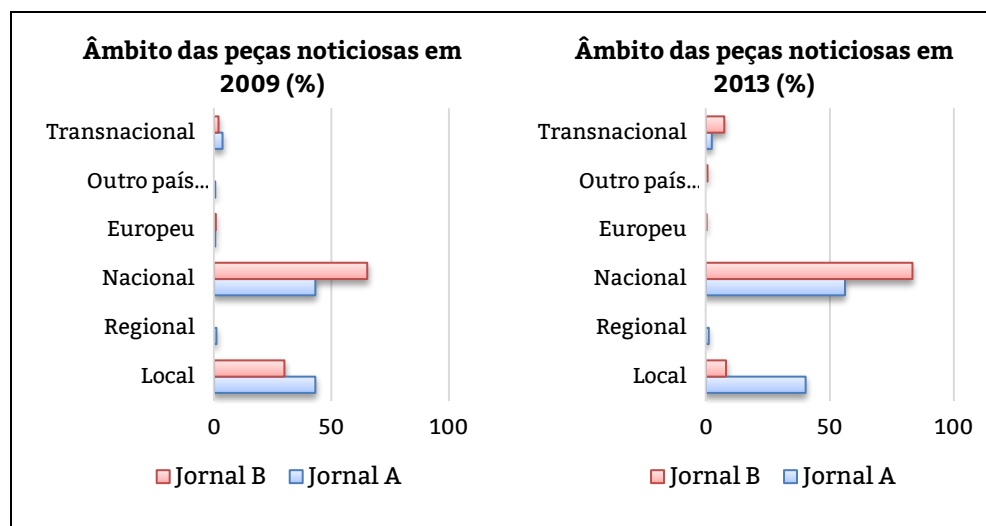


Figura 3: Âmbito das peças publicadas em 2009 e 2013
(% de todas as peças inventariadas e analisadas nos períodos)

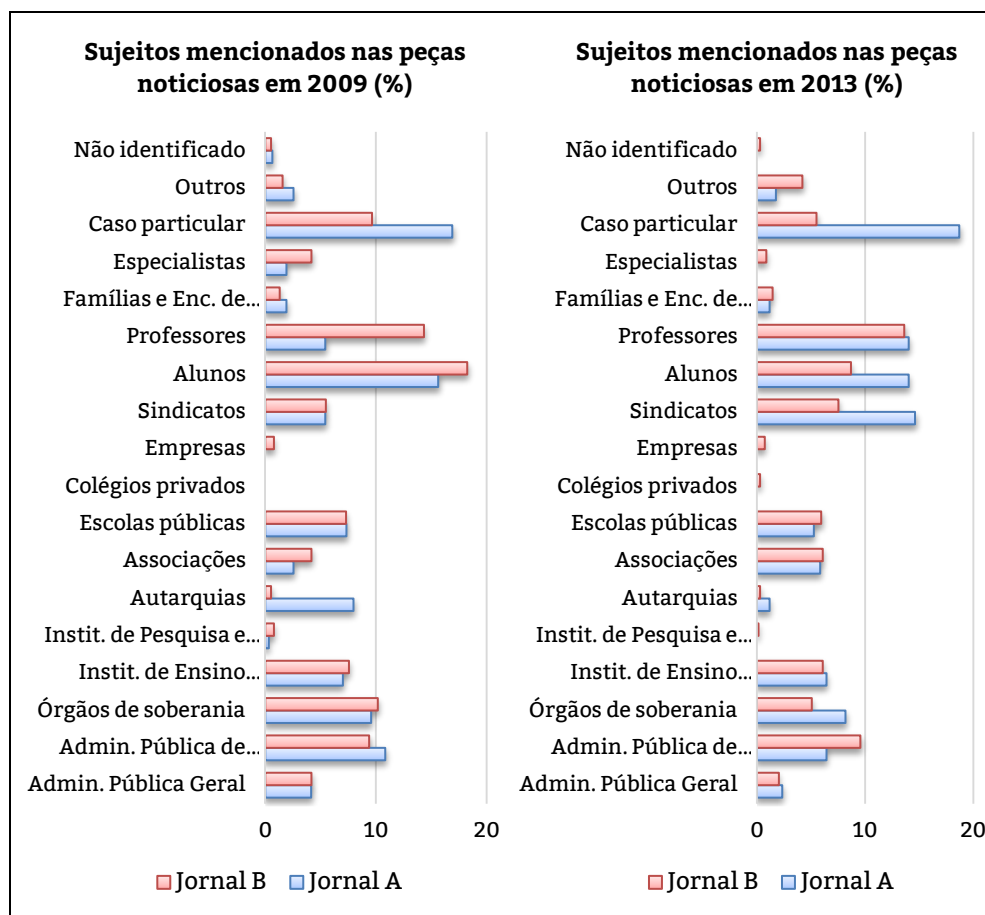


Figura 4: Principais sujeitos mencionados nas peças publicadas em 2009 e 2013 (% de todas as peças inventariadas e analisadas nos períodos)

No que concerne a assuntos, enquanto nas edições de 2009 e de 2013 (ver Figura 1) a *Política Educativa* e os *Exames* assumem algum relevo, em 2013 destaca-se, também, a presença de maior número de peças sobre *Colocação de Professores*.

O destaque do assunto *Exames* deveu-se ao facto de o período considerado ser de aplicação de Provas de Aferição e Exames Nacionais do Ensino Básico e Secundário. Ademais, em 2013 registaram-se dois acontecimentos que podem ter reforçado esse realce: a obrigatoriedade dos Exames Nacionais de Matemática e Língua Portuguesa de 4.º ano; as greves dos professores aos Exames Nacionais. A destacada percentagem de peças sobre *Exames*

publicadas no jornal B, quer em 2009 (24%) quer em 2013 (30%), deveu-se ao facto de este jornal ter o hábito de publicar vários materiais relacionados com a matéria: o artigo sobre a ocorrência nacional da prova; o exemplar do exame utilizado nacionalmente; os critérios predefinidos para o corrigir; pontos de vista de alunos, professores e associações profissionais sobre os mesmos os exames.

Em 2013, as peças que reportavam *Contestações* coincidentes com o assunto *Exames*, foram bastante mais comuns que em 2009, pelo facto de terem sido realizadas, ineditamente, greves de professores em épocas de exames. Neste âmbito, salienta-se o facto de o jornal B, pelas suas características editoriais, ter sido palco de análise permanente de posições do Governo (Órgão de Soberania), Ministério da Educação (Administração Pública de Educação), Sindicatos, Professores, Associações de Pais, Alunos e Partidos políticos, pois todos eles foram sujeitos mencionados nas peças publicadas. Assim, a pretexto da ocorrência de rondas negociais entre Sindicatos e Ministério da Educação, vários textos foram publicados com pontos de vista e análises, mormente em artigos de opinião, mas também em corpo de notícia de outros textos, de Políticos, Professores, Especialistas em Educação e de outros profissionais intelectuais. Tal presença e tal participação indiciam um aumento da atenção dada a atores educativos mais diversos (e aos seus pontos de vista na discussão sobre Educação) e sustenta a ideia de que os jornais ainda constituem lugares privilegiados de debate público entre tais atores.

Naturalmente, muitas das *Contestações* coincidentes com os *Exames*, tiveram a ver com as alterações nas políticas educativas que são reflexo do desinvestimento público na Educação devido às políticas de austeridade. Assim, e em relação, a *Política Educativa* foi também bastante discutida em ambos os jornais em 2013. Porém, no jornal B tal discussão manifestou-se numa maior diversidade de tipos de textos (notícias, reportagens, artigos de opinião, crónicas, editoriais e cartas ao diretor), escritos por maior diversidade de atores sociais que vêm à liça falar de educação e assumir o seu direito de influenciar a opinião pública sobre o tema (jornalistas, professores, especialistas em educação, escritores, políticos, sociólogos, entre outros). Relativamente à abordagem do assunto *Política Educativa*, uma importante alteração se verificou entre 2009 e 2013. Em 2009 foram essencialmente reportados debates políticos no seio dos partidos e órgãos de soberania, intervenções por parte de organizações sindicais e de professores, acerca do estatuto da carreira docente, do sistema de avaliação do desempenho docente, e manifestações públicas de protesto sobre estes tópicos. Já em 2013, as peças analisadas centraram-se muito nas razões que motivaram as diversas greves dos professores e nas fortes críticas de vários atores às políticas educativas em curso: alterações nas normas de colocações dos professores; novos horários para o serviço docente; organização dos ‘megas agrupamen-

tos' de escolas; revogação das orientações curriculares; lançamento do projeto das Metas Curriculares.

Como já foi referido, o assunto *Colocação de Professores* ganhou relativo destaque em 2013. Tal deveu-se a algumas das alterações legislativas atrás referidas e envolveu a abordagem de assuntos como o regime de mobilidade especial, os 'horários zero', os concursos de colocação de professores e a esperada vaga de desemprego entre professores contratados, acontecimentos marcantes quer no contexto socioeconómico quer no sistema educativo.

Nas peças noticiosas relativas a *Outros Assuntos* estão incluídos 28 tópicos que foram escassamente tratados. Por exemplo, o assunto *Avaliação de Escolas* foi alvo de uma notícia contabilizada em cada um dos jornais, A e B, em 2009, e numa notícia no jornal B em 2013.

Relativamente aos atores mencionados nos textos sobre Educação (Figura 4), houve uma clara predominância de referência a alunos e professores, em ambos os anos e jornais. Mas em 2013, devido a circunstâncias de greves e negociações com o governo, verificou-se uma subida da percentagem de referências aos sindicatos. Julga-se ser importante salientar também a escassa atenção dada a assuntos relativos a outros países ou que remetam para o âmbito europeu e, de um modo mais alargado, para o âmbito transnacional. De facto, os jornais analisados privilegiam tópicos nacionais e, por vezes, locais, quando os mesmos reportam acontecimentos em escolas dos vários graus de ensino ou iniciativas educativas organizadas por câmaras municipais ou por outras instituições. Uma maior atenção a questões educacionais além-fronteiras poderia ajudar a reposicionar o debate público sobre Educação num quadro mais amplo e sustentado e a ajudar os diversos intervenientes a formular argumentos com base na análise de realidades e possibilidades mais diversificadas.

Qual é a importância atribuída pelos jornais às questões sobre o Currículo?

O Currículo parece estar sujeito a menor enfoque na cobertura noticiosa da Educação, embora algumas diferenças possam ser encontradas entre 2013 e 2009. De facto, em 2009, apenas 1,04% das peças sobre Educação do jornal A e 1,52% das do jornal B eram sobre *Currículo*. Em 2013, esta percentagem sobe para 6,76% no jornal B; mas jornal A não se identificou nenhuma peça sobre *Currículo*.

Para efeitos desta análise, incluíram-se na categoria *Currículo* as peças que se reportavam à dimensão intencional, patente nos programas e orientações curriculares. Não foram encontrados textos que se reportassem ao currículo implementado, isto é, às estratégias e organização do ensino. A atenção ao currículo vivenciado situou-se em exclusivo nos textos que reportavam resultados de provas de aferição, exames nacionais e rankings escolares, pelo que foram remetidos para os assuntos *Exames* e *Rankings*.

As Tabelas 2 e 3 sintetizam os resultados da análise das peças noticiosas encontradas sobre *Currículo*, em 2009 e em 2013, respetivamente.

Tabela 2: Síntese de alguns aspetos das peças noticiosas sobre Currículo em 2009.

| Tipo de assunto | Ideias-chave | Tipo de texto | Autor | Sujeitos mencionados |
|-------------------------------------|------------------------------------|---------------|------------|--------------------------------|
| JORNAL A | | | | |
| Mudança legislativa | Ensino do Português no estrangeiro | Artigo | Jornalista | Instituto de Camões |
| Estudo | Trabalho escolar | Artigo | Jornalista | Especialistas Alunos |
| JORNAL B | | | | |
| Mudança legislativa | Ensino do Português no estrangeiro | Artigo | Jornalista | Instituto de Camões Sindicatos |
| Reação/Declaração | Iliteracia Matemática | Artigo | Jornalista | Presidente da República |
| Reação/Declaração | Ensino de Língua Estrangeira | Artigo | Jornalista | Escolas |
| Característica do Sistema Educativo | Educação religiosa | Artigo | Jornalista | Igreja |

Tabela 3: Síntese de alguns aspetos das peças noticiosas sobre Currículo em 2013.

| Tipo de assunto | Ideias-chave | Tipo de texto | Autor | Sujeitos mencionados |
|-----------------|--------------|---------------|-------|----------------------|
| JORNAL B | | | | |

| Tipo de assunto | Ideias-chave | Tipo de texto | Autor | Sujeitos mencionados |
|--------------------------|--|----------------------|--------------------------|---|
| Reação/Declaração | Novas Metas curriculares de Matemática – Revogação do programa de Matemática vigente | Artigo | Jornalista | Associações Profissionais de Professores |
| Reação/Declaração | Novas Metas curriculares de Matemática – Revogação do programa de Matemática vigente | Artigo | Jornalista | Associações Profissionais de Professores |
| Reação/Declaração | Novas Metas curriculares de Matemática – Revogação do programa de Matemática vigente | Artigo de opinião | Especialista em Educação | Ministério da Educação |
| Iniciativa Governamental | Novas Metas curriculares de Matemática – Revogação do programa de Matemática vigente | Artigo | Jornalista | Associações Profissionais de Professores Tribunais |

Tabela 3 (continuação): Síntese de alguns aspetos das peças noticiosas sobre Currículo em 2013.

| Tipo de assunto | Ideias-chave | Tipo de texto | Autor | Sujeitos mencionados |
|------------------------|--|----------------------|--------------|---|
| JORNAL B | | | | |
| Contestação | Novas Metas curriculares de Matemática – Revogação do programa de Matemática vigente | Artigo | Jornalista | Associações Profissionais de Professores Encarregados de Educação / Pais |

| Tipo de assunto | Ideias-chave | Tipo de texto | Autor | Sujeitos mencionados |
|--------------------------|---|----------------------|--------------------------|--|
| Reação/Declaração | Novas Metas curriculares de Matemática – Revogação do programa de Matemática vigente | Artigo | Jornalista | Associações Profissionais de Professores Ministério da Educação |
| Reação/Declaração | Novas Metas curriculares de Matemática – Parecer de Associação de Professores de Matemática | Artigo | Jornalista | Associações Profissionais de Professores Ministério da Educação |
| Iniciativa Governamental | Novas Metas curriculares de Matemática – Oposição às novas orientações curriculares | Artigo | Jornalista | Especialistas |
| Mudança legislativa | Novas Metas curriculares de Matemática – memorização na aprendizagem | Artigo | Jornalista | Ministério da Educação Especialistas |
| Consequência do Sistema | Em defesa da memorização na aprendizagem | Carta ao Diretor | Professor | Alunos |
| Iniciativa Governamental | Novas Metas Curriculares de Língua Portuguesa – Revogação das orientações curriculares vigentes | Artigo | Jornalista | Ministério da Educação Associações Profissionais de Professores |
| Mudança legislativa | Novas Metas Curriculares de Língua Portuguesa – Críticas | Artigo de opinião | Especialista em Educação | Ministério da Educação |
| Mudança legislativa | Novas Metas Curriculares de Língua Portuguesa – Resposta às críticas | Artigo de opinião | Professor | Caso particular |

| Tipo de assunto | Ideias-chave | Tipo de texto | Autor | Sujeitos mencionados |
|-------------------------------------|---|----------------------|--------------|---------------------------------------|
| Reação/Declaração | Novas Metas curriculares de História - Críticas | Artigo de opinião | Professor | Ministério da Educação Professores |
| Iniciativa Governamental | Plano Nacional de Cinema na Educação | Artigo | Jornalista | Professores Escolas |
| Iniciativa Governamental | Jornais escolares – Inclusão de jornais escolas no sítio da internet da Direção Geral de Educação | Artigo | Jornalista | Direção Geral de Educação Alunos |
| Característica do Sistema Educativo | Ensino e literacia visual | Artigo de opinião | Designer | Caso particular |
| Iniciativa Governamental | Atividades Extra-curriculares no 1ºCEB | Artigo | Jornalista | Alunos Ministério da Educação |
| Estudo | Educação religiosa | Artigo | Jornalista | Sociedade civil Governo |

Relativamente às razões pelas quais se fala do tópico Currículo, isto é, os tipos de assunto, observam-se algumas alterações entre 2009 e 2013. Os tipos de assunto passaram a ser mais diversificados em 2013, apesar de mais concentrados em duas categorias - *Iniciativas Governamentais* e *Reações / Declarações*. Isto pode ser parcialmente explicado pela mudança no Governo português, que introduziu novas políticas curriculares, e ao lançamento, por parte do Ministério da Educação, do projeto das Metas Curriculares para todas as áreas disciplinares do Ensino Básico. Por isso, os jornais reportaram não só a publicação dos novos documentos legais, mas também se tornaram palco de discussão pública acerca dos princípios e adequabilidade das novas propostas.

As ideias-chave das peças publicadas sobre Currículo em 2009 distribuíram-se por tópicos distintos, à exceção do *Ensino do Português no estrangeiro* (acompanhando, aliás, uma mudança legislativa específica que ocorreu neste período) que foi objeto de atenção nos dois jornais. No mesmo ano, todas as peças eram artigos jornalísticos que reportavam decisões e pontos de vista de um número limitado de sujeitos por artigo. As peças de

2013, todas publicadas no jornal B, concentraram-se num número mais reduzido de ideias chave. Nove peças tinham a ver com abordaram questões relativas às novas *Metas Curriculares de Matemática* e três às novas *Metas Curriculares de Língua Portuguesa*. Verifica-se que, em 2013, as novas *Metas Curriculares de Matemática* e a revogação das orientações curriculares vigentes foram as matérias que dominaram as peças publicadas. Nota-se também que os tipos de textos foram mais diversificados (artigos, artigos de opinião, cartas ao Diretor), assim como os seus autores (jornalistas, professores, especialistas, designer) e os sujeitos mencionados. Por exemplo, no caso das peças que reportaram os prós e os contras das novas *Metas Curriculares de Matemática*, houve uma atenção maior dos jornalistas aos pontos de vista e reações de diferentes sujeitos – Ministro da Educação, Associações Profissionais de Professores, Professores, Especialistas, Encarregados de Educação e Pais –, algo que não foi tão notório nos restantes tópicos tratados. Também se destaca que não só artigos jornalísticos foram publicados sobre esta ‘ideia-chave’, mas também um artigo de opinião de um especialista de Educação.

Note-se, por fim, que esta atenção às novas *Metas Curriculares da Matemática* suscitou o debate em torno de um dos princípios que lhes subjaz, que é o do retorno ao reforço da memorização da aprendizagem, e que, nesse âmbito, um professor aproveitou o debate para escrever uma carta ao Diretor defendendo a importância deste princípio. Também no caso das três peças analisadas sobre as novas *Metas Curriculares da Língua Portuguesa*, os seus diferentes autores – jornalista, especialista em Educação, e professor – se envolveram em debate em artigos de opinião, um artigo com críticas às novas *Metas Curriculares* e outro com uma reação às críticas.

Notas de discussão

Dos resultados obtidos depreende-se que quando se fala de Educação nos jornais, fala-se essencialmente de políticas educativas ligadas à educação escolar e de professores e alunos. Este resultado aproxima-se do obtido por Ponte (2007), em estudo sobre jornais de 2000 e 2005. Efetivamente, a instabilidade que se tem vivido nas escolas ficou plasmada nas edições analisadas, de 2009 e 2013, com os relatos das fortes contestações às políticas educativas. Tal ocorreu particularmente, em relação à reorganização de várias dimensões do trabalho escolar, entre as quais se destaca o emprego dos professores e suas condições, uma dimensão com fortes ramificações sociais e na qual a austeridade tem tido um impacto notório.

De salientar também, que os assuntos reportados concernem principalmente a políticas educativas nacionais. Se, por um lado, tal é apenas um reflexo de uma realidade contemporânea de crise que impregna a educação escolar e o currículo, por outro lado, constitui um alerta para os não ditos das políticas locais e escolares decorrentes dos vários níveis de contextualização curricular (Fernandes *et al.*, 2013). Falta um mediatismo mais atento aos modos como as escolas fazem face localmente aos novos desafios e falta, também, a discussão dos bons exemplos / práticas de sucesso, algo que não tem encontrado espaço nos critérios editoriais da imprensa nacional.

Por outro lado, embora os discursos políticos e académicos sobre *Curriculo* estejam fortemente influenciados por políticas internacionais (Leite e Fernandes, 2012), nas peças analisadas é reduzida a atenção a assuntos de âmbito internacional. Pese embora o seu peso na estandardização das dinâmicas escolares e da ação dos professores (*idem*, 2012), a reduzida atenção dos *media* ao quadro internacional das políticas educativas pode comprometer uma análise mais ampla e generalizada, entre os cidadãos, de realidades, possibilidades e caminhos para a Educação em tempos de crise.

Já no que concerne ao Currículo, este estudo mostrou que recebeu pouca atenção nos dois jornais analisados, o que constitui um indicador do reduzido mediatismo das questões curriculares. Efetivamente, existiu um crescimento dessa atenção de 2009 para 2013, o que estaria, aliás, de acordo com a crescente visibilidade atribuída às questões curriculares pelos *media* diagnosticada por Freitas (2008). Mas tal visibilidade acrescida deveu-se à mudança das políticas educativas que levou ao arranque do projeto Metas Curriculares, abrindo um debate público em relação à adequabilidade das novas orientações curriculares. A propósito, a análise realizada revelou uma ênfase notória dada à disciplina de Matemática, logo seguida da Língua Portuguesa, em detrimento das restantes disciplinas escolares. Esta tendência espelha o lugar privilegiado no Currículo das disciplinas validadas por exames (Goodson, 1997) e é sinal de fenómenos associados à globalização (Pacheco e Seabra, 2014; Ponte, 2007).

Uma nota final sobre as diferenças observadas entre os periódicos: o Jornal B, porque tem um formato mais longo com maior diversidade de textos, permitiu o alojamento de um debate aberto, com maior diversidade de pontos de vista de diferentes atores. Porém, embora a diversidade, quer de autores, quer de sujeitos mencionados nas peças noticiosas, tenha crescido de 2009 para 2013, ainda é notória uma limitação aos atores sociais mais diretamente ligados à educação escolar, isto é, professores, associações profissionais de professores e especialistas em Educação.

Questões emergentes

Tendo em conta a deteção, nos jornais analisados, de uma maior atenção a iniciativas decorrentes de políticas nacionais e à disciplina de Matemática, quando o assunto geral se tratava do Currículo, importa concluir com duas questões: será que os jornais se constituem como mensageiros de notícias que vendem, em vez de repórteres de boas experiências curriculares? Será que os jornais ratificam o poder decisional do Estado, em detrimento de darem visibilidade a construções locais do currículo?

Uma maior visibilidade dos jornais às práticas curriculares de escolas que denotam esforço para colmatar necessidades locais ou para desenvolver, localmente, conceitos e valores gerais, traduzir-se-ia numa maior atenção ao papel das escolas na construção curricular (Kärkkäinen, 2012) e numa maior visibilidade a outra maneira de pensar o currículo, que não a prescrita estatalmente.

Como nota final, julga-se que os *media* deveriam atribuir uma maior atenção às questões curriculares, para que possam contribuir para uma construção social do Currículo mais participada e, sobretudo, participada por uma diversidade maior de atores -, de modo a que resulte apenas da ação dos diretamente ligados à educação escolar. Uma participação mais aberta, ampla e mediática, de vários atores das decisões curriculares, pode ser um instrumento poderoso de influência das políticas educativas, incluindo as de contextualização curricular, e de favorecimento de uma consciência cidadã sobre qual é o papel das escolas e do Currículo. Para que tal participação se amplifique, fica o desafio aos professores e especialistas em Educação, que conhecem “de dentro” estas questões, para que exerçam maior *lobbying* sobre os *media*.

NOTA: Este trabalho foi co-financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do programa Ciência 2007.

Bibliografia

ABRANTES, P. (2009). Os guardiães do templo: a imprensa generalista e a imposição de uma agenda educativa. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 127-144.

- AFONSO, N. & COSTA, E. (2009). A influência do Programme for International Student Assessment (PISA) na decisão política em Portugal: o caso das políticas educativas do XVII Governo Constitucional português. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 10, 53-64.
- BARDIN, L. (2000). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- COHEN, J. L. (2010). Teachers in the news: a critical analysis of one US newspaper's discourse on education, 2006–2007. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 31(1), 105-119.
- FERNANDES, P., LEITE, C., MOURAZ, A., FIGUEIREDO, C. (2013). Curricular contextualization: tracking the meanings of a concept. *The Asia-Pacific Education Researcher*, 22(4), 417-425.
- FREITAS, A. (2008). Mídia e educação: campos em conflito em Portugal. *Anais do XXXXI Congresso Ciências da Comunicação*.
- GOODSON, I. F. (1997). *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa.
- KÄRKKÄINEN, K. (2012). *Bringing About Curriculum Innovations: Implicit approaches in the OECD Area*. OECD Education Working Papers, 82. OECD.
- LEITE, C. & FERNANDES, P. (2012). Curricular studies and their relation with the political agenda for education. *Transnational Curriculum Inquiry*, 9(2), 35-49.
- LEITE, C., FERNANDES, P., & MOURAZ, A. (2014). Curriculum contextualization: a comparative analysis of meanings expressed in Portuguese and English school evaluation. *Studies in Educational Evaluation*, 43, 133-138.
- MENDES, J.M. (2004). Media, públicos e cidadania; algumas notas breves. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 147-158.
- OECD (2014). *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*. OECD Publishing.
- PACHECO, J.A., & SEABRA, F. (2014). Curriculum field in Portugal: emergence, research, and Europeanization. In W. Pinar & T. Autio (Ed.), *International Handbook of Curriculum Research*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- PONTE, C. (2007). Mudam-se os tempos, mudam-se as notícias? A cobertura jornalística de crianças no Público e Diário de Notícias em 2000 e 2005. *Media & Jornalismo*, (11), 51-71.

ROLDÃO, M.C. (1999). *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME-DEB.

YOUNG, M. (2014). What is a curriculum and what can it do? *The Curriculum Journal*, 25(1), 7–13.